

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXIII Mensário, Junho 1997 Nº265 Preço 140\$00

• **Carta** D. António José Rafael, o bispo de Bragança e Miranda deixou uma mensagem no aniversário da ADFA.

última página

• **Pirilampo** A campanha nacional do pirilampo mágico, a favor das crianças inadaptadas, está na rua desde 6 de Maio.

página 9

• **Homenagem** Faleceu Mário Sobral, o primeiro sócio a içar a bandeira da Associação na inauguração da Sede em Lisboa.

página 11

• **Sardinhada** O tradicional piquenique na Mata de São Paulo, em Setúbal, já tem ementa e dia marcado.

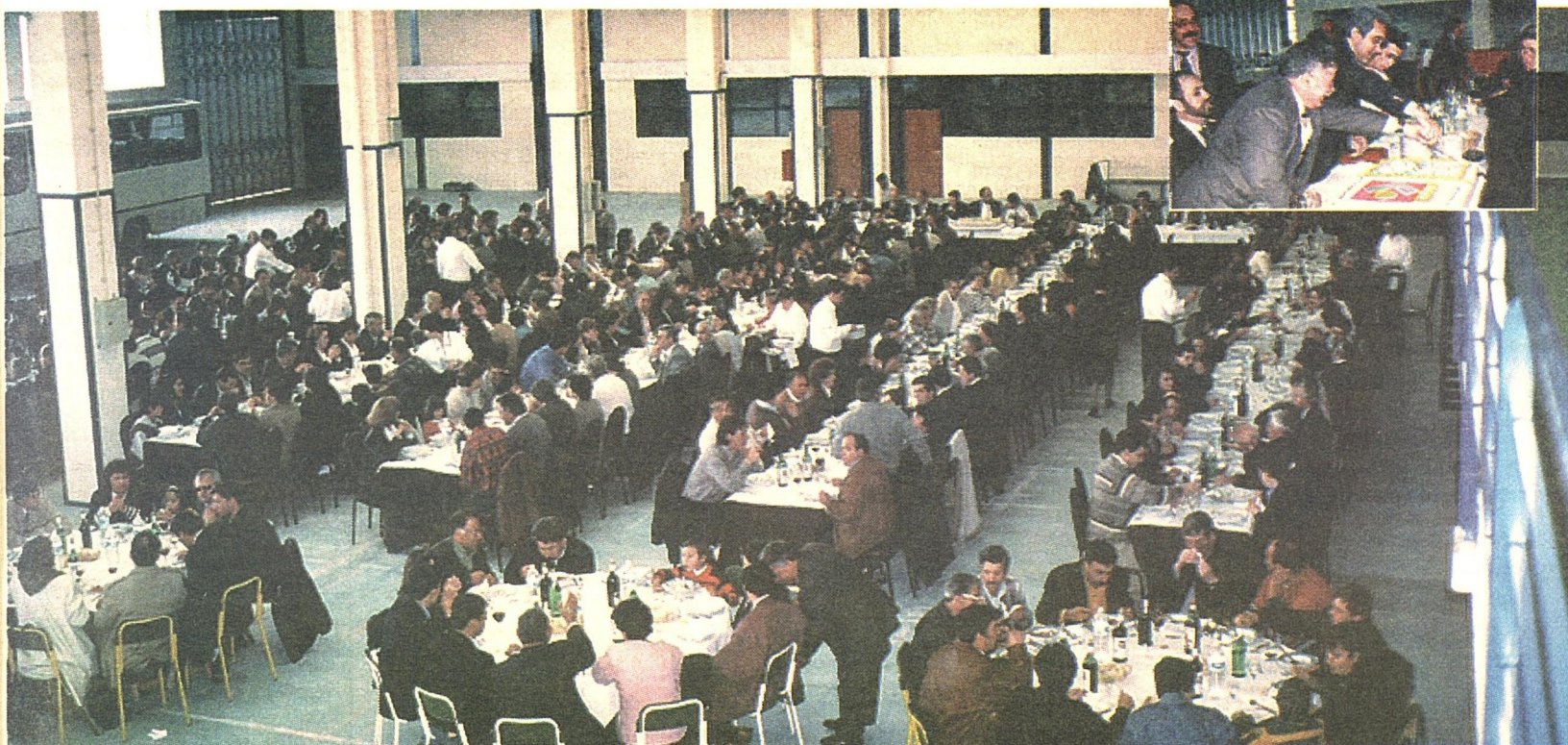
página 2



PORTE PAGO

230 aniversário

da Associação dos Deficientes das Forças Armadas



A idade maior



página 5 e 8

Novo decreto dos Capitães-Coronéis

Foi já publicado em Diário da República, no final do mês passado, o novo decreto-lei sobre o chamado caso dos Capitães-Coronéis. A nova legislação vai originar uma tomada de posição da Direcção Nacional da ADFA.

última página

Partidos políticos visitam Delegação da ADFA no Porto

Membros do Partido Popular e do Partido Comunista Português reuniram na Delegação do Porto, no mês passado, com os responsáveis locais, para conhecer alguns problemas dos deficientes e preparar soluções.

página 9

Acessos no areal da praia de Milfontes

Se tudo correr como o previsto, as duas passadeiras de madeira que permitirão às cadeiras de rodas chegar à praia de Vila Nova de Milfontes estarão prontas em Julho. A ideia partiu de um sócio da ADFA e o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina gostou.

página 2

Encontro em Viseu junta sócios

A Delegação de Viseu está há um ano nas novas instalações e quis festejar a data. Os responsáveis lançaram o convite e a adesão dos sócios excedeu em muito as expectativas: responderam mais de três centenas de pessoas.

página 4

Ficha técnica



PROPRIEDADE

Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção
Av. Padre Cruz - Edifício ADFA
1600 LISBOA
Telefone: (01)7570502
7570583 / 7570645 / 7570702

Fax: 7571319

DIRECTOR

António Carreiro

REDACÇÃO

Miguel Martins (editor),
Nuno Crespo, Sabina Xavier Pina,
Anabela Vieira (Porto)
Farinho Lopes (fotografia),
Maria José Carriço (secretariado)

COLABORADORES

Abel Fortuna, Armando Guedes da Fonte, Carlos Mendes, Carmo Vicente, Hugo Guerra, Jaime Ferrer, Jerónimo de Sousa, José Diniz, José Maia, José Monteiro, João Gonçalves, Patuleia Mendes, Sá Flores, Victor Sengo

CONCEPÇÃO GRÁFICA

MAQUETAGEM

Miguel Peixe Dias

MONTAGEM E IMPRESSÃO

Imprinter SA, Rua Sacadura Cabral, 26 Algés. Tel. 4198065
Gravação do ELO sonora:
Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

Depósito Legal: 99595/96

Mensário distribuído

gratuitamente aos associados em situação legal.

Assinatura anual: 1 400\$00.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número

9 500 exemplares

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no nº4 do Artº8 dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

- João Costa Rodrigues
- Albino Soares
- José Nicolau
- Alfredo Manuel Quaresma de Barros
- José Luis Rodrigues Santos Guerreiro
- Guilhermino Baptista Saco Djau
- Carlos Alberto de Barros
- Paulo José Pimenta de Castro Damásio
- José Bernardino Custódio
- António Nobre Carlos



Do carro ao areal vão estar os novos acessos à praia de Vila Nova de Milfontes

Passadeira facilita acesso de deficientes em Vila Nova de Milfontes

Cadeiras de rodas chegam à praia

EM VILA Nova de Milfontes, para a praia de cadeira de rodas vai deixar de ser problema. É que o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina aceitou a proposta de um associado da ADFA e vai colocar na praia, até ao início de Julho, duas passadeiras de madeira para permitir o acesso ao areal em cadeira de rodas.

A iniciativa surgiu há cerca de um ano com a sensibilização do director do Par-

que Natural, João Nunes, para as dificuldades que enfrentavam todos aqueles que queriam ir à praia de Vila Nova de Milfontes em cadeira de rodas. Depois de apresentado o esboço de uma passadeira como solução, a direcção do Parque mostrou interesse na proposta não sendo no entanto possível na altura a sua concretização por falta de verba.

Já este ano, depois de novos contactos entre o associa-

do e o Parque Natural, ficou a promessa de que as passadeiras vão poder ser utilizadas no Verão. Prevê-se que a obra, orçada em cerca de 500 contos, esteja pronta entre o fim de Junho e o início de Julho.

As passadeiras de madeira (uma com 50 e outra com 30 metros de comprimento) terão metro e meio de largura, possibilitando a passagem de cadeiras de rodas nos dois sentidos, bem como um espa-

ço de dois centímetros entre as tábuas para que a areia não se acumule em cima do caminho.

A Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, responsável pela manutenção do novo acesso, compromete-se a arranjar um espaço, no início das passadeiras, onde o deficiente poderá parar o carro, mas apenas para entrar ou sair do automóvel, deixando o local sempre livre para outros utilizadores. ● N.C.

Informações

Transporte de doentes

Foi publicado no Diário da República, dia 21 de Maio, um decreto-lei que isenta as associações ou corporações de bombeiros e delegações de Cruz Vermelha Portuguesa que prestam serviço de transporte de doentes, de requerer alvará para o efeito, contra-riamente ao estipulado no decreto-lei nº 38/92, de 28 de Maio. Contudo, de acordo com o novo diploma, para exercer a actividade, as organizações "legalmente constituídas" devem enviar ao Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), entre outros documentos, cópia do despacho de homologação pelo Serviço Nacional de Bombeiros e pela Direcção Nacional da Cruz Vermelha, bem como informações relativas às zonas de actuação, natureza dos transportes a efectuar, indicação do responsável pela frota de transporte de doentes e a respectiva capacidade profissional. As organizações em funcionamento

têm 30 dias para remeter os documentos ao INEM, a contar da data da entrada em vigor do decreto.

Restaurante aos sábados

O restaurante da Sede da ADFA, em Lisboa, passará a estar aberto aos sábados a partir do dia 21 de Junho, entre as 11h30 e as 17 horas. Com serviço de almoço e bar, a iniciativa visa proporcionar aos associados mais oportunidades de convívio nas horas de lazer, bem como um maior envolvimento na vida da Associação.

Pagamento de quotas

Lembram-se os associados que aderiram ao pagamento de quotas através de desconto em conta bancária que, durante o mês de Junho, será efectuado um levantamento de 3 300 escudos, referente ao 2º semestre deste ano. Relativamente às quotas em

atraso, conforme o ELO vinha anunciando, a Assembleia Geral Nacional (AGN), de 13 de Abril, tomou decisões no sentido de aplicar as normas estatutárias. Neste âmbito, está a ser enviada uma carta a todos os associados em falta - com a data desde quando as quotas se encontram em atraso, bem como o montante em dívida -, a fim de que, rapidamente e de forma negociável, a situação seja regularizada. Das medidas já implementadas, e aplicadas aos atrasados, sobressaem o não envio do ELO e o não atendimento nem prestação de quaisquer informações ou serviços. A ADFA só garantirá tais direitos aos sócios que pagam regularmente as suas quotas, aos que adiram ao processo de recuperação em curso, ou àqueles que, por motivos justificáveis, se encontram isentos do respectivo pagamento. Em cumprimento da deliberação da AGN, dentro de muito pouco tempo irão ser notificados da sua perca da qualidade de sócios todos os que mantiverem quotas em atraso há mais anos.

Admissões aos EME

Estão abertas as candidaturas à admissão no Instituto de Odivelas, para raparigas, e Colégio Militar e Instituto Militar dos Pupilos do Exército, para rapazes, para o próximo ano lectivo. O concurso decorre entre 26 de Maio e 27 de Junho e destina-se a candidatas aos 5º e 6º anos de escolaridade (2º Ciclo do Ensino Básico). Na admissão aos Estabelecimentos Militares de Ensino (EME) tem prioridade, entre outros, os filhos de DFA com 30 por cento ou mais de incapacidade.

Delegação de Famalicão

As instalações da Delegação de Famalicão têm nova morada provisória. Qualquer contacto deverá ser endereçado a ADFA - Delegação de Famalicão, Centro Coordenador de Transportes, loja 5 e 6, 4760 V.N. de Famalicão.

Reunião da Direcção Nacional com os sócios da sede

Dia 20 de Junho, a Direcção Nacional convoca todos os associados para uma reunião de sócios na Sede, em Lisboa. O encontro está marcado para as 20h30 e tem a seguinte ordem de trabalhos: 1- Reivindicações legislativas; 2- Informações de carácter geral.

Direcção Nacional reúne com delegações

Dia 28 de Junho, a Direcção Nacional reúne com as direcções das delegações da ADFA, nas instalações do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, na Aguda, com a seguinte ordem de trabalhos: 1- Estatuto para criação de uma sociedade anónima, conforme decisão da última reunião do Conselho Nacional; 2- Planeamento dos investimentos a propor no âmbito do 2º Quadro Comunitário de Apoio; 3- Situação de empresa Miraforma.

Consultas no Porto

As consultas de próteses e ortóteses no Hospital Militar do Porto realizam-se nos dias 11 e 25 de Junho; 9 e 30 de Julho; Agosto (não estão marcadas); 10 e 24 de Setembro; 8 e 29 de Outubro; 10 e 24 de Novembro e 11 de Dezembro.

Noite de São João

Dia 23 de Junho, às 20h, nas instalações da Delegação do Porto, festeja-se a noite de São João. Os associados interessados em participar na iniciativa deverão inscrever-se na Delegação do Porto, até ao dia 20 de Junho.

Sardinhada em Setúbal

Dia 6 de Julho, de manhã, na Mata de São Paulo, em Setúbal, no local habitual, realiza-se a tradicional sardinhada, organizada pela Delegação de Setúbal. Os interessados devem contactar a Delegação ou a Sede (Secretaria), até 30 de Junho, para inscrições. Este ano, a Delegação de Setúbal oferece as sardinhas, o pão, o vinho e as saladas, o resto fica ao cargo de cada participante.

Dia dos piratas

A Companhia de Cavalaria 8350 (os piratas de Guilége) vai organizar a terceira edição do almoço/convívio, dia 14 de Junho, nas instalações do INATEL em Santa Maria da Feira. No âmbito da iniciativa, terão ainda lugar uma palestra sobre stress de guerra - no mesmo dia e local às 11 horas -, uma exposição fotográfica e outra de cartões de visita - com fotos e cartões que os organizadores convidam os participantes a levar - e uma visita cultural a diversos locais da cidade. Os interessados devem ligar para Simão Roças através dos números 792 05 95 ou (à noite) 437 73 89.

Almoço de convívio

Dia 5 de Julho realiza-se o terceiro almoço/convívio do extinto Grupo de Artilharia Contra Aeronaves nº2 (GACA). O encontro terá lugar, em Torres Novas, no já extinto quartel, hoje Escola Prática de Polícia. Os interessados poderão fazer a sua inscrição até dia 30 de Junho, através dos telefones/fax: (049) 84 04 27/03 06 ou escrevendo para Victor Manuel Crachat, Apartado 28, 2396 Minde Codex.

O ELO corrige

• Na edição anterior do ELO, última página, no texto sobre as reuniões da ADFA com o Partido Popular e com o Partido Comunista Português, onde se lê "(...) elementos da Direcção Nacional da ADFA reuniram-se no dia 23 de Abril com o secretário geral do Partido Popular (...)", deveria ler-se: "(...) elementos da Direcção Nacional da ADFA reuniram-se no dia 23 de Abril com o presidente do Partido Popular (...)".
• Na mesma edição, página 10, no poema do sócio José Manuel B. Ramos, na última linha, onde se lê "Não sei, talvez menosprezar", deveria ler-se: "Não sei, talvez renascer".

Editorial

Já temos cão!



António Carreiro

Eram as minhas filhas ainda bebés, quando me pediram um cão. Não resisti àquelas súplicas e lá apareceu, em casa, um cocker preto.

Foi sol de pouca dura. É precisa muita organização, maturidade e capacidade de entrega para se ter cão.

Os meus trinta anos ainda não chegavam para tanto.

A ADFA faz agora 23 anos. Apresenta um esplendor e fulgor evidenciados nas comemorações de Bragança e Viseu, que demonstraram uma participação associativa invejável até para os próprios partidos políticos.

Mas a juventude é bem patente na nossa estrutura organizativa.

A audácia, a tenacidade, que nos caracterizam e mesmo a impulsividade, que ainda nos coloca na áurea dos vinte anos, são já, porém adocicadas pela tolerância, perseverança e estabilidade.

Os associados sentem na Associação um certo berço de carinho, de afecto necessário e o irmão mais velho a quem se recorre em horas de resolver problemas, ou tomar decisões.

Por vezes simples. Há pouco tempo um associado entendeu que a ADFA o podia ajudar. O "Bobby" tinha de ir para algum lado. Deixara de haver condições lá em casa. Resolveu-se. Fica aí na ADFA... e cá está. Tem casa, tem comida, cuidados de higiene e saúde e até muito, muito afecto, sem esquecer a educação cívica...

Constatei, assim, que a ADFA, ao contrário de mim próprio, cedo atingiu maturidade suficiente que já lhe permite ter um cão.

Alguns serviços da ADFA talvez não tenham ainda atingido uma capacidade organizativa que lhes permita dar-se a esse luxo.

Eu próprio já voltei a ter cão. Mas levei muito tempo a ser capaz disso. Mais do que a ADFA. É que dá muito trabalho a tratar dele e corta-nos a liberdade até certo ponto; é algo que não se pode abandonar.

Prende-nos.

De certo modo é o que se passa actualmente no ELO, cuja direcção assumi no último número, por imperativo de serviço e pelo prazer de o tentar dotar de uma estrutura organizativa que permita o seu funcionamento sem sobressaltos e comporte a participação associativa tão alargada quanto possível, nele se revendo toda a Associação e, por outro lado, projectando a nossa imagem no exterior, desejando-se sempre como um marco de referência, na sua especificidade, em todo o país.

É esse o esforço que se está a empreender.

Já temos cão e não queremos que a impulsividade ou mero desleixo de juventude, nos deixe ficar mal. ●

Grande Plano



Sem fé nas palavras

Jaime Ferreri

Por isso os valores da cultura, da dignidade humana, do respeito mútuo, da honestidade intelectual, se devem sobrepor a todas as aspirações políticas imerecidas, a todas as ganâncias económicas imorais, a todos os forums, sociedades secretas, ideologias ou religiões que de modo directo ou encapotado diminuam o cidadão e abusam da sua boa-fé ou crença incontestada.

fosse a maioria dos homens nem sequer ousaria pensar. Era assim ontem e parece continuar assim hoje. Em vez de propagandearmos a fé, de dizerem que aos peregrinos não cabe mais o bolo de bacalhau que o rissol de camarão substituí, que à bengala de apoio na dura caminhada se sobrepõe um cajado de carvalho comprado em loja de marca melhor canalizassem energias de aposta no futuro; descobrir as metas para o próximo milénio, aprender a lutar contra o desemprego, a intolerância de certos politiquieiros, a desgraçada moda de não termos tempo para a leitura, o novo riquismo que teima em persistir e a diminuir esta sociedade...

Cada vez mais me vem à lembrança Thomas Jefferson (um dos pais-fundadores da América) que entre governo sem jornais ou jornais sem governo preferia a segunda hipótese para o seu país. Jornais que se neguem a explorar cidadãos, a meter no mesmo saco a oração de fé que respeito e a letra da música pimba que um dia talvez coloquem na boca dos caminhantes a caminho do santuário. Falta aquilo que eu reclamo de vergonha intelectual, aquilo que se compreende como renúncia de cada homem se baixar para além dos limites que a própria natureza institui. Os outros animais da criação são chefes por direito e nunca exploram os vencidos ou os diminuídos. Só a faceta humana, dolorosa e degradante, se amesquinha e limita. Por isso os valores da cultura, da dignidade humana, do respeito mútuo, da honestidade intelectual, se devem sobrepor a todas as aspirações políticas imerecidas, a todas as ganâncias económicas imorais, a todos os forums, sociedades secretas, ideologias ou religiões que de modo directo ou encapotado diminuam o cidadão e abusam da sua boa-fé ou crença incontestada. Se o homem acredita para ser feliz, deixem-no usar por inteiro essa força interior que o distingue.

Que o saber, a inteligência, a dignidade e a cultura sejam divisas deste povo. Que o trabalho, a criatividade, a competência e as capacidades individuais sejam padrões onde se possam aferir as referências de cada cidadão. Esse será em definitivo o processo que vai legitimar quem merece mais dinheiro, mais poder; e daí a responsabilidade na partilha pois os outros que contribuem serão também donos, em parte, desse mesmo dinheiro e poder. ●

Episódios



A última dança

José Diniz

Vai fazer em Agosto 30 anos. Decorria a festa na aldeia e o jovem alferes ia partir para a guerra. Os seus amigos quiseram fazer-lhe uma surpresa na despedida dedicando-lhe uma bela canção romântica que o conjunto atacou de cima do improvisado palco. Apesar do pouco jeito para a dança lá se deixou embalar, emocionado, pela melodia e pela fofice do par. Foi a sua última dança de uma juventude pouco vivida.

Trinta e tal dias depois da partida, era "largado" no norte de Moçambique. Os meses foram passando divididos entre o tédio do acampamento e os sobressaltos das patrulhas, a ansiedade das noites passadas na mata e a loucura das emboscadas. Uma manhã, quase no final de um deslocamento de muitos quilómetros, lá estava ela enterrada na picada. A blindagem da berliet e os sacos de areia não foram suficientes para absorver a violência da explosão. Para o alferes o tempo parou ali e a vida quase se esvaiu por entre a chapa e os ferros retorcidos que lhe dilaceravam o corpo.

Evacuaram-no para um hospital civil, onde a eficiência e o carinho de três freiras espanholas fizeram o milagre de lhe salvar a perna e de lhe devolver o gosto pela vida. Três meses depois, já em Lourenço Marques, meteram-no num cargueiro da Força Aérea. Chegou a Lisboa numa noite fria de Dezembro vestido com farda de verão. O primeiro impacto com o HMP foi amenizado pela presença de enfermeiras que, na sua maioria, se revelariam boas profissionais e boas amigas.

O nosso alferes lá foi suportando com estoicismo as sucessivas cirurgias que, aos poucos, devolveram à sua perna a forma e parte das funções. Apesar das limitações da época e da avalanche ininterrupta dos feridos, nunca lhe ouvi reparos graves sobre a eficiência e a competência dos médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar do HMP. Ficou cliente assíduo daquele hospital, não só pelas consequências directas dos ferimentos sofridos como por outros problemas de saúde.

Os anos passaram e a vida afastou-nos. Um dia destes encontrei-o por acaso numa rua de Lisboa. Em vez do homem resignado e optimista que conhecera, deparei com uma pessoa desiludida, angustiada, amargurada e receosa. Desilusão pela degradação da qualidade dos serviços prestados pelos hospitais militares, angústia por ver outros deficientes militares sem os seus problemas resolvidos, amargura por ver tanta indiferença e ignorância no lidar com os deficientes militares, receio pelo esquecimento das vítimas de uma guerra ainda bem viva no corpo de muitos.

Em tal estado de alma não reconheci o jovem alferes dos anos 60 que, entretanto, foi singrando na vida com muito esforço. Fiquei apreensivo ao ouvir-lhe este desabafo: "Parti com honra para a guerra e procurei viver uma vida digna; receio agora acabar sem glória, tratado sem a dignidade que julgava merecer como DFA. Fui um ingénuo em acreditar que o direito a uma vida plena também era para os que há muito já não podem dançar". ●

Delegação do Porto recebe encontro de "Projecto 2+4"

Grandes deficientes insatisfeitos com serviços hospitalares

PARAPLÉGICOS e tetraplégicos de vários pontos do País reuniram-se dia 24 de Maio no auditório da Delegação Porto. O encontro, que se realizou no âmbito do "Projecto 2+4", serviu para que os deficientes em cadeira de rodas, pudessem exprimir as suas posições relativamente aos serviços que lhes são prestados, nomeadamente, pelos Hospitais Militares e apresentar possíveis soluções para os problemas com que se debatem no seu dia a dia.

Relativamente ao Hospital Militar do Porto, um dos principais problemas focados diz respeito às barreiras arquitectónicas. Os deficientes em cadeira de rodas não compreendem que um edifício, remodelado recentemente, não reúna as condições mínimas para que este tipo de deficientes se possa deslocar sem problemas ao hospital. No entanto, as barreiras existentes, são, segundo os paraplégicos, acima de tudo culturais. Quanto aos problemas deste tipo de deficientes, um dos participantes é da opinião de que "não há sensibilidade por parte de toda a estrutura do Hospital".

A morosidade do atendimento é outra das queixas dirigidas ao Hospital Militar do Porto. É que as consultas só funcionam de manhã, o que leva a que estejam atrasadas mais de dois meses. Para agravar o problema, no dia da consulta os doentes chegam a esperar, em média, duas horas para serem atendidos pelo médico. Segundo o presidente da Fonte - um dos membros do "Projecto 2+4" - adiantou ao ELO, estes deficientes não querem "ser privilegiados,



Os paraplégicos e tetraplégicos reunidos no Porto não se conformam com os serviços de saúde

mas apenas ter um tratamento adequado às necessidades que exige ao seu estado de saúde".

Abel Fortuna, presidente da Delegação do Porto, diz que "antes da actual direcção do Hospital Militar do Porto, a ADFA e o hospital estavam de costas voltadas" e que "os primeiros passos começaram a ser dados muito recentemente". O presidente acrescenta que "ainda não foi possível fazer a ligação ADFA/CRPG [Centro de Reabilitação Pro-

fissional de Gaia]", facto que considera "incompreensível".

No final do encontro, Guedes da Fonte, anunciou a implantação de um projecto de acompanhamento médico à distância que, a verificar-se, vai resolver muitos dos problemas dos paraplégicos e tetraplégicos. Com o mesmo objectivo fez um apelo aos deficientes: "apresentem propostas, façam uma inquérito e, se possível, façam uma recolha de informação técnica do que se passa noutros países do mundo",

tudo no sentido de elaborar uma proposta a apresentar à Direcção Nacional, no sentido de melhorar as condições dos deficientes em cadeira de rodas.

No ar ficou a ideia da Delegação do Porto organizar um debate em que estejam presentes representantes das instituições ligadas à deficiência: Hospital Militar do Porto, Centro de Reabilitação Profissional de Gaia e associados da ADFA que sejam paraplégicos ou tetraplégicos. ● **Anabela Vieira**

Sócios falecidos

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Mário dos Santos Sobral

Sócio nº 391
51 anos
Faleceu no dia
10/05/97



Residia em Lisboa, deixa viúva D^a Maria Helena Sousa R. Sobral. Teve acidente em Angola, em 1968, de que resultou uma paralisia dos membros inferiores (100%).

Joaquim Ferreira da Silva

Sócio nº 10684
54 anos
Faleceu no dia
19/04/97



Residia em Pedrosa/V. Nova de Gaia e deixa 4 filhos órfãos. Era DFA com 30% de incapacidade por sequelas de ferimentos em combate na Guiné, em 1965.

Encontros associativos em Coimbra e Beja

Mais colaboração e novo Núcleo

DANDO cumprimento à tarefa que decidiram levar a cabo, os órgãos sociais nacionais promoveram, durante o mês de Maio, reuniões associativas em Coimbra e Beja, para além das actividades comemorativas do 23º aniversário da ADFA, que decorreram em Vila e Bragança.

Nas instalações da delegação de Coimbra, encontraram-se, na tarde de 3 de Maio, elementos da Direcção Nacional e do Conselho Fiscal Nacional com representantes de todos os órgãos sociais locais, que analisaram, em conjunto, várias vertentes da vida associativa da Delegação, tal como o aperfeiçoamento do relacionamento entre os órgãos sociais, harmonização de procedimentos administrativos e outros temas, nomeadamente o funcionamento institucional e laboral e a possível aquisição de novas instalações para aquela Delegação.

Todos os presentes, membros dos órgãos regionais, manifestaram vontade de colaborar, mais empenhadamente, nos assuntos da vida associativa local, assumindo a realização de reuniões periódicas para troca de informações e participação activa dos três órgãos nas decisões mais importantes da delegação de Coimbra. A próxima realiza-se, já, no mês de Junho podendo constituir um exemplo a seguir pelas de-

legações que não praticam esse hábito.

Uma semana mais tarde, no dia 10 de Maio, em Beja, com elementos da Direcção Nacional, do Conselho Nacional e dos órgãos da Delegação de Évora reuniram-se cerca de 30 associados, residentes naquela zona de Baixo Alentejo. Além da recolha de informações, prestadas pelos elementos dos órgãos nacionais e regionais, o encontro teve a finalidade de aquilatar a possibilidade da criação de um Núcleo da ADFA em Beja, no que o desejo dos sócios foi apoiado e incentivado pelos dirigentes da Sede e da Delegação.

No encontro esteve presente o vereador da Câmara Municipal daquela cidade, Augusto Silva, o qual manifestou a disponibilidade da autarquia para encontrar um local digno, onde o futuro Núcleo possa vir a instalar-se. O associado Agulhas, residente na zona, foi escolhido para iniciar o processo objectivo que leve à concretização da existência daquela estrutura associativa, procurando um local de reuniões provisório, enquanto a Câmara não encontra solução para a sede do Núcleo, que, ao surgir, o que poderá ser uma nova força e incremento para a vida associativa de toda a região alentejana. ●

Patuleia Mendes

Adesão marca festa do 1º aniversário das novas instalações

O exemplo dos associados de Viseu

CERCA de 300 pessoas reuniram-se num almoço-conívio, dia 2 de Maio, nas instalações do Regimento de Infantaria 14 de Viseu para festejar a passagem do 1º aniversário das novas instalações da Delegação de Viseu. O acontecimento assinalou o início das comemorações do 23º Aniversário da ADFA e, segundo João Gonçalves, presidente da Delegação, é uma iniciativa que marca a adesão de facto, devido "ao longo trabalho de sensibilização junto dos sócios, feito pelos órgãos da Delegação".

A comemoração do 1º aniversário da Delegação de Viseu começou com uma recepção nas actuais instalações da Associação, onde o Regimento de Infantaria e, em seguida, o comandante presidiu uma homenagem, com honras militares, aos mortos na Guerra Colonial.

Já depois do almoço o presidente da Delegação manifestou a sua satisfação face à presença do elevado número de sócios e fez um apelo no sentido destes continuarem a participar na vida associativa. Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional da ADFA, na sua intervenção, manifestou o seu agrado pelo facto da Delegação de Viseu ser activa e mobilizar um número alargado de sócios. O presidente aproveitou ainda a



No almoço, nas novas instalações, estiveram mais de 300 sócios

ocasião para chamar a atenção dos sócios para as questões reivindicativas, bem como para anunciar os progressos já feitos nesse domínio.

As novas instalações, inauguradas há um ano, foram construídas tanto como o apoio das instituições locais (Câmara Municipal, Junta de Freguesia e Governo Civil), como com a ajuda da Direcção Nacional da ADFA e do próprio Governo. Até há um ano atrás, a Delegação funcionava no 4º andar das instalações dos Bombeiros Voluntários de Viseu, o que

dificultava o acesso a deficientes em cadeiras de rodas, que chegavam mesmo a ser atendidos na rua.

A Delegação de Viseu, nasceu em Junho 1975 e, como contou ao ELO João Gonçalves, "teve muitos problemas na implantação, pois, como era normal na altura, estava conotada com ideais políticos não aceites pela população em geral". No entanto, a sua implantação vingou, sendo hoje em dia completamente aceite e desempenhando um papel importante junto da população. ● **A.V.**

Serviços na Delegação do Porto

SERVIÇOS SOCIAIS

Assistentes: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL

Segundas Feiras - das 14H00 às 17H00

Quintas e Sextas feiras - das 10H00 às 12H00

Assistentes: Carla Gradim, Isabel Sousa

GABINETE JURÍDICO

Responsável: Dr^a. Manuela Santos

BAR / RESTAURANTE

Almoços: dias úteis e primeiros sábados de cada mês

CONSULTAS SOBRE STRESS DE GUERRA

Médico: Dr. Gustavo Wallenstein

Marcações: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

COMPRA DE VIATURAS COM ISENÇÃO DE IMPOSTOS

Assistente: Elizabete Couto

CAMPO DE JOGOS

Domingos de manhã. Outras datas: João Coelho

CONTACTOS:

Tel: (02)820403 / (02)820744 Fax: (02)825242

VEÍCULOS A DIESEL AUTOMÁTICOS ISENTOS DE CARTA DE CONDUÇÃO

EVASÃO



Fabricação e comércio de veículos isentos de carta de condução.
Venda de veículos novos e em segunda mão.
Estrada dos Cardais - 3840 VAGOS
Tel. 034-799 00 50 Fax 034-793 850

Contactar ADFA - Alberto Pinto
tel. 01-757 05 02/83 ou 01-7

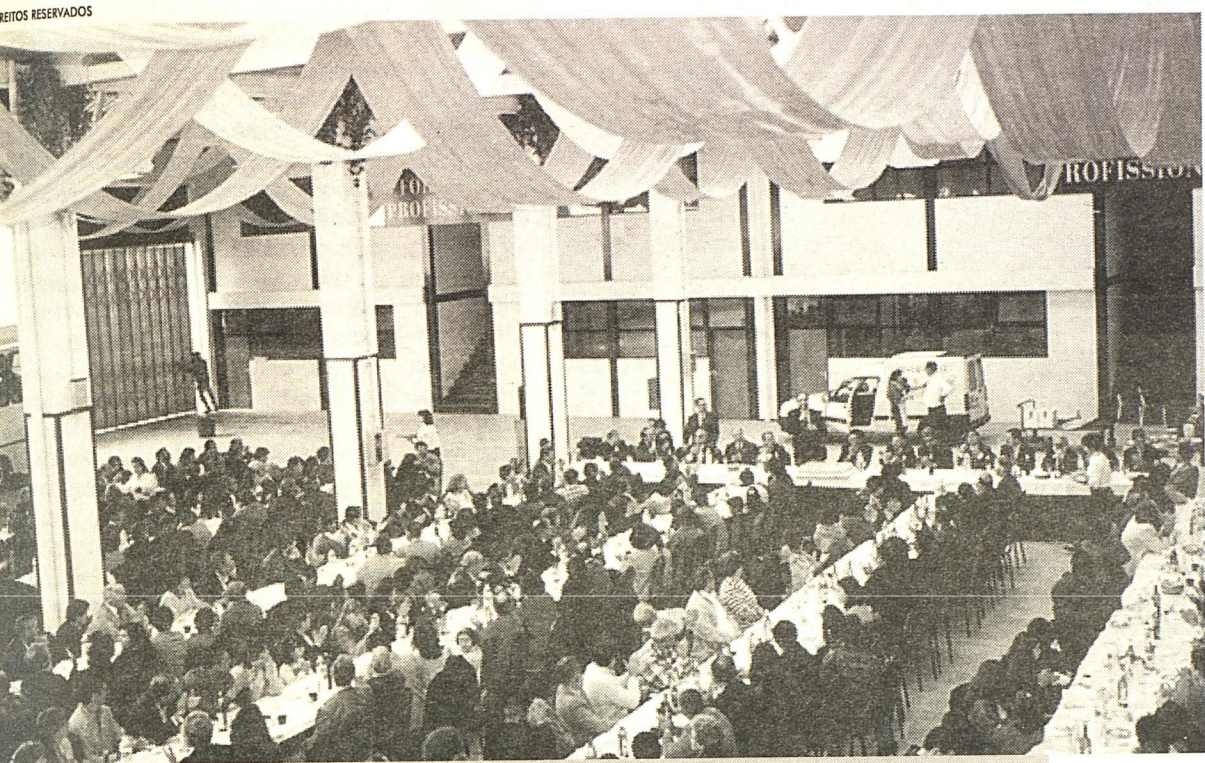


A Câmara Municipal de Bragança apoia as comemorações do 23º aniversário da ADFA

230 aniversário da Associação dos Deficientes das Forças Armadas



O governador civil, Guilhermino Paz Dias, apoia as comemorações do 23º aniversário da ADFA



No almoço que fechou as comemorações, foram lembradas as principais reivindicações da ADFA

Encerramento do aniversário reúne mais de 400 pessoas

Um final feliz

AS COMEMORAÇÕES do 23º aniversário da ADFA culminaram com o almoço-convívio que se realizou, dia 18 de Maio, no NERBA - Núcleo Empresarial de Bragança -, precisamente no mesmo dia em que o Partido Socialista anunciou os candidatos às próximas eleições autárquicas para a região. Um encontro com menos adesão do que o almoço da Associação, que reuniu mais de 400 sócios, entre amigos e familiares. O espírito associativo, em conjunto com o desejo de reencontrar antigas amigas e conhecer a capital do nordeste transmontano, foi motivo suficiente para que perto de meio milhar de pessoas se deslocassem a Bragança.

Domingos Seca, presidente da Delegação local, apesar de considerar que "não foi fácil organizar um evento deste tipo" não deixou de sublinhar, no balanço de uma semana de comemorações, que "valeu a pena, pois os erros que se possam ter cometido são perfeitamente aceitáveis." Visivelmente satisfeito, no final, o presidente da Delegação anfitriã, com alguma ironia, lançou um

desafio às outras delegações da associação: "seguir o exemplo de Bragança e organizar as comemorações dos próximos aniversários".

Discursando em segundo lugar, Jorge Maurício, presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, apelou à "união dos sócios" e ao "reforço do espírito associativo", pois só assim os objectivos que a ADFA se propôs atingir "poderão ser concretizados". A última intervenção da tarde foi a do presidente da Direcção Nacional, Humberto Sertório, que começou por evocar as razões e os objectivos que levaram à criação da ADFA, fez uma espécie de balanço dos 23 anos de existência da associação onde, apesar de lembrar que "muitas das questões essenciais na luta dos deficientes já foram resolvidas", sublinhou, no entanto, que "ainda há um longo caminho a percorrer". Humberto Sertório também não deixou passar em claro a questão das viúvas sem direito a qualquer pensão, bem como a situação dos deficientes considerados em serviço. Quanto ao problema dos

deficientes internados no anexo do Hospital Militar, o presidente diz ser "ponto de honra da actual Direcção" e prometeu que esta "não sairá enquanto a situação não estiver resolvida". Foi também com o apelo à união e participação dos sócios na vida associativa que o presidente da Direcção Nacional concluiu o discurso, sem esquecer, no entanto, de referir a política descentralizadora da actual direcção afirmando que "a força da ADFA está nas suas delegações".

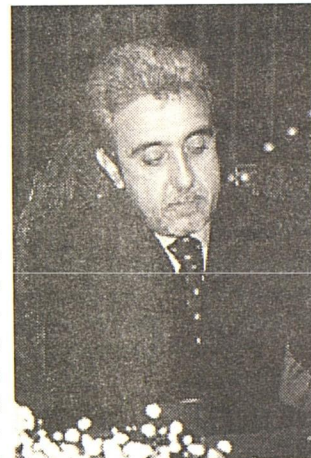
Depois das intervenções, na presença do vereador permanente da Câmara Municipal de Bragança, Humberto Rocha, do director do Museu Militar local, Emídio Garcia e do presidente da Assembleia Municipal, Henrique Ferreira, contaram-se os parabéns à ADFA e partiu-se o bolo do 23º aniversário. Uma banda, constituída por três músicos deficientes, alegrou o resto de tarde onde, por alguns momentos, as questões reivindicativas deram lugar à música e à dança.

Anabela Vieira

Sessão solene marca aniversário

Sensibilizar em tempo de comemorações

SENSIBILIZAR AS entidades que participaram e ajudaram a organizar as comemorações do 23º aniversário da ADFA para os problemas dos deficientes militares - que continuam por resolver mais de duas décadas depois do fim da Guerra Colonial - e para a importância de existir uma associação que defenda os direitos dos deficientes das Forças Armadas foram os principais objectivos da sessão solene do aniversário, dia 14 de Maio, no Centro Cultural de Bragança.



O presidente da ADFA na sessão solene

Com 23 anos de existência, foi a primeira vez na história da Associação que as comemorações nacionais do aniversário se realizaram fora de Lisboa. Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional, considera que isso só foi possível porque a actual Direcção se tem esforçado no "apoio efectivo às delegações e na descentralização das actividades associativas de âmbito nacional, pois a força da Associação não está, de facto, só em Lisboa". Por outro lado, o presidente justificou ainda a escolha do local das comemorações como uma resposta ao desafio lançado pelo governador civil de Bragança, Guilhermino Paz Dias - durante as comemorações locais do 22º aniversário, no ano passado - para que este ano as comemorações nacionais se realizassem na cidade. Convide que foi, na altura, "imediatamente aceite".

Em declarações ao ELO, o governador civil mostrou satisfação com a forma como as comemorações decorreram e explicou a razão do convite: "foi acima de tudo uma questão afectiva, porque também combati em África, posso dar valor a quem esteve no Ultramar. Apesar de não ser deficiente, vi morrer gente e sei das dificuldades

com que, ainda hoje, muitos deficientes militares vivem". Guilhermino Paz Dias sublinha ainda que "não se pode ter vergonha do passado". Referindo "o pouco que se tem feito para que os deficientes das Forças Armadas sejam cidadãos de pleno direito, desempenhando funções na sociedade de acordo com as suas capacidades", o governador afirmou que é preciso passar das palavras aos actos: "A ADFA pode contar

com o meu apoio".

No início da cerimónia, Jorge Maurício, presidente da Mesa da Assembleia Geral, lembrou que "o dossier da Guerra Colonial só estará completo quando forem resolvidos todos os problemas dos deficientes militares", apontando os deficientes da I Grande Guerra como exemplo daquilo que a ADFA não quer que aconteça aos deficientes militares da Guerra Colonial: "a resolução dos seus problemas foi conseguida pela via biológica". A terminar, Jorge Maurício deixou um aviso: "seremos a Associação dos Deficientes das Forças Armadas enquanto tivermos que defender os nossos direitos".

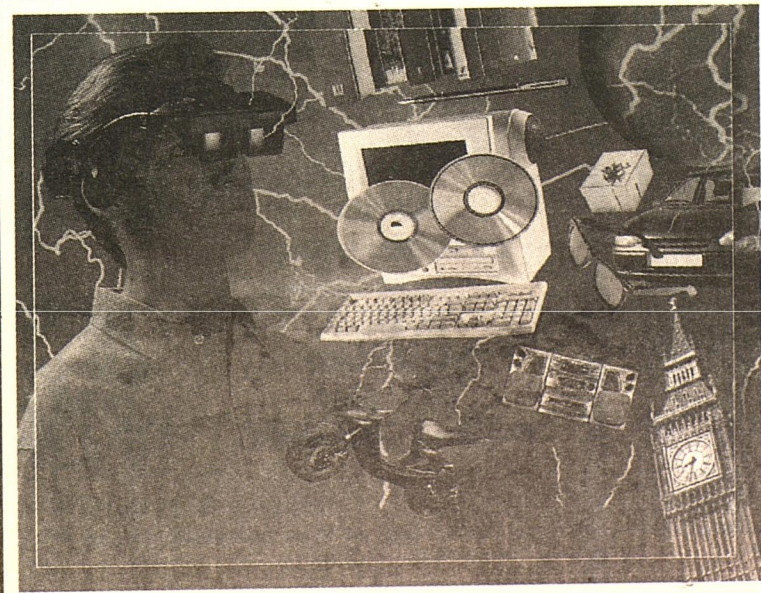
Além de responsáveis nacionais e locais da ADFA e do governador civil de Bragança estiveram presentes na sessão solene o presidente da Câmara Municipal de Bragança, Luís Mina, o comandante do Regimento de Infantaria de Chaves, Rodrigo Piçarra e o bispo de Bragança e Miranda, António José Rafael que, depois da cerimónia, visitou a Exposição sobre a Associação, "Reabilitação das Pessoas com Deficiência e a Guerra Colonial".

Nuno Crespo

Leia, é para si

Tem problemas de coluna?
Má circulação?
Sofre de enxaquecas?
Reumático e caimbras?
Cansaço físico
e dorme mal?

Melhore a sua saúde fazendo um tratamento. Em sua casa todos os dias. Toda a vida sem perder tempo. Telefone para o nº 039 811053 e peça uma demonstração do aparelho de saúde sem qualquer compromisso.



MG ESPECIAL JOVEM

Sai do virtual. Connosco o teu crédito é real.

Está na hora de passares do virtual para o real. Os sonhos já não comandam a vida.

Agora para poderes ter, basta



tu queres. Com o MG

Especial Jovem, o que sempre

ambicionaste, o computador,

o carro, a mota, a tua viagem de finalistas, torna-se realidade. Passa nos Balcões do Montepio Geral e descobre as vantagens de ter um crédito especial em apenas

48 horas. Agora és tu que comandas a vida.



MONTEPIO GERAL
HÁ VALORES QUE DURAM SEMPRE

Actividades desportivas juntam deficientes e população

Todos iguais por um dia

O DIA dedicado ao desporto foi um dos pontos altos durante as comemorações do 23º aniversário da ADFA. No sábado, dia 17 de Maio, logo pela manhã, algumas centenas de pessoas reuniram-se na Avenida Sá Carneiro, em Bragança, para participar numa corrida de atletismo sob o lema "solidários na diferença". A iniciativa, que teve a colaboração de várias instituições, reuniu deficientes de diversos pontos do País. O objectivo principal, como contou ao ELO Celina Mesquita, da organização das jornadas desportivas, foi "por um lado, promover o convívio entre os deficientes e por outro, sensibilizar a sociedade para o problema da deficiência. Mostrar à população que os deficientes são cidadãos de corpo inteiro".



Deficientes e população correram pela solidariedade

gança como cenário escolhido para a realização de vários jogos, a tarde desportiva começou com um jogo de futebol entre uma equipa da ADFA de Bragança e outra da ADFA do Porto. A equipa anfitriã saiu vencedora do encontro após a marcação de grandes penalidades. Tudo num clima de festa e convívio.

O segundo jogo causou o espanto e o interesse dos espectadores. Duas equipas da ACAPO (Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal), os Jimbras e os Panteras, disputaram um encontro de futebol. A pedido dos jogadores, fez-se silêncio no pavilhão. O árbitro explicou que "a bola tem dentro uns guizos que servem para informar o jogador onde está. Daí que seja

necessário silêncio para que os participantes possam ouvir os sons". Apesar do silêncio pedido, cada golo foi festejado com grande entusiasmo. Também na marcação de grandes penalidades a equipa dos Jimbras acabou por vencer o encontro. Já no terceiro e último jogo, basquetebol em cadeira de rodas, disputado entre uma equipa da Associação dos Deficientes Motores de Barcelos e outra da ASCUDT, saiu vencedora a equipa da Associação de Deficientes Motores de Bragança.

No final, o clima foi de festa e todos os participantes receberam medalhas de participação, mesmo as equipas perdedoras tiveram direito a taças. ●

Anabela Vieira

A participação na corrida não se ficou apenas pelos deficientes, a população bragançana também aderiu à iniciativa. José Silva, participante, não é deficiente mas disse estar "ao lado dos deficientes, pois é importante que se saiba que estas pessoas, antes de mais, são homens e mulheres e que merecem todo o apoio e solidariedade".

Depois do desgaste físico da prova, a hora de recuperar forças veio com um almoço convívio onde participaram mais de uma centena de pessoas. Foi altura de reencontros, trocas de experiências e de começar a definir estratégias para os jogos que iriam ser disputados da parte da tarde.

Com o Pavilhão Municipal de Bra-

Secretário de Reabilitação e bispo de Bragança na exposição

Opiniões no papel

DURANTE OITO dias, muitos foram os que subiram ao primeiro andar do Centro Cultural de Bragança para visitar a exposição sobre a Guerra Colonial (ver página 7) conhecer, ou lembrar, um dos períodos mais dramático da História recente de Portugal e descobrir algum do trabalho que o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia tem desenvolvido na área da integração e reabilitação de deficientes.

Além de associados, cidadãos anónimos e alunos de várias escolas da região, também o secretário nacional de Reabilitação, Vitorino Vieira Dias, e o bispo de Bragança, António José Rafael, visitaram a exposição, que considera-

ram uma iniciativa "de grande valor histórico e pedagógico". Opinião que não deixaram de registar no livro dos visitantes: "A quantos tombaram numa heroica imolação pela Pátria e aos que ficaram para tombarem pouco a pouco - numa imolação lenta mas não menos heroica -, e não perecer a memória dos que os precederam: a minha maior admiração, todo o meu reconhecimento, a minha homenagem que gostaria fosse tão grande como o seu sofrimento. Vosso compatriota que se orgulha de vós." escreveu António José Rafael, bispo de Bragança.

Por seu lado, Vitorino Vieira Dias optou por uma mensagem sobre o valor

da exposição para as gerações mais jovens: "A presente exposição sobre a Guerra Colonial é um testemunho impressionante do drama que afectou a sociedade portuguesa durante 13 anos de uma longa ditadura. Dado que, finalmente, a Guerra Colonial faz parte dos programas de ensino secundário, felicito a direcção da ADFA por ter possibilitado a jovens de várias escolas conversarem e ficarem sensibilizados para esta dura realidade da história recente de Portugal, que antecipou a viragem histórica da ditadura para a democracia. Uma exposição que deveria ser vista por todos os jovens do nosso País". ●

Associação explica Guerra em África

ADFA vai à escola

A GUERRA COLONIAL foi o principal tema debatido nas escolas do Distrito de Bragança durante os vários colóquios organizados pela ADFA, no âmbito do aniversário da Associação. Os encontros, que se realizaram durante o mês de Maio nas escolas secundárias de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Vinhais, reuniram no total cerca de 400 alunos.

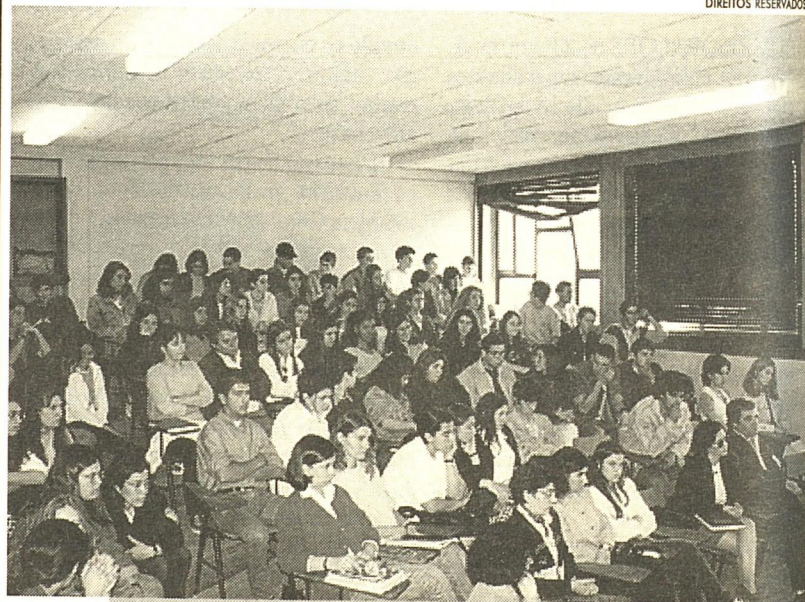
O grande objectivo dos colóquios foi dar a conhecer aos mais novos a Guerra Colonial e as consequências que o conflito trouxe, nomeadamente no que diz respeito à deficiência. O desconhecimento do passado recente da História de Portugal foi notório, daí que temas como o regime salazarista ou a censura, tivessem causado algum impacto nas várias assistências. Helena Fernandes, professora de História, adiantou que "os alunos demonstram muito mais interesse por assuntos da actualidade", lamentando o facto de "os manuais escolares dedicarem tão pouco espaço a essas matérias". A opinião é também partilhada pela generalidade dos estudantes. A este respeito, uma aluna do 11º ano considera que "é mais fácil e percebe-se melhor o que foi a Guerra Colonial quando se está com pessoas que viveram os acontecimentos no terreno".

Nos seus discursos, os oradores demonstraram aos alunos que a Guerra Colonial foi um período negativo da História de Portugal, não deixando, no entanto, de realçar o espírito de

solidariedade que se sentia na altura do conflito. A questão da deficiência foi o tema mais abordado e Jorge Maurício, presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional da Associação, afirmou que "é necessário combater a ideia de que o deficiente é um coitadinho, um incapaz". Neste contexto, o responsável salientou ainda o papel que a ADFA tem vindo a desempenhar "no âmbito da reabilitação e reintegração do deficiente na sociedade".

No momento das perguntas dos alunos, o espanto inicial deu lugar à timidez. Porém, depois de algum esforço por parte dos oradores, as questões começaram a surgir. A curiosidade dos estudantes mais jovens falou mais alto e, enquanto do lado dos adultos as perguntas prediam-se com a conjuntura política e social da altura, as questões colocadas pelos alunos diziam essencialmente respeito à forma como os intervenientes adquiriram as suas deficiências.

De acordo com Helena Fernandes "é importante que se façam acções deste tipo, pois é bom que os alunos saibam o que foi a Guerra Colonial e que tomem conhecimento daquilo por que passaram os pais e avós, no sentido de, no futuro, se poder evitar situações semelhantes, se possível". No final de um dos colóquios, quando surge a questão se "vale a pena lutar pela paz", a resposta vem de um aluno do 8º ano: "sim, para não nos aleijar-mos". ● A.V



Nas várias escolas, foram muitos os alunos a assistir aos debates

Serviços médicos e psicossociais da Sede

CLÍNICA GERAL

médico: Dr. Fernando Brito,
2ª feira - 13H00 5ª - 13H15

PSIQUIATRIA

médico: Dr. José Tropa
6ª feira - 14H30

UROLOGIA

médico: Dr. Paulo Vale
2ª feira - 17H00

FISIATRIA

médico: Dr. Barros Silva
3ª feira - 14H00

ANÁLISES CLÍNICAS

6ª feira - 9H00 às 10H00

ACUPUNCTURA

médico: cmdt Araújo de Brito
A partir de Maio

ESTOMATOLOGIA

Drº Luis Pedro Pinto Matias
A partir de 16 de Junho
2ª feira das 9H00 às 13H00
3ª feira das 10H00 às 14H00
4ª feira das 9H00 às 13H00

Marcações: Elizabete Couto

PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA

Drª Teresa Infante
Todos os dias

Marcações: com a própria

DEPARTAMENTO DE APOIO AOS SÓCIOS

GABINETE JURÍDICO

Dr. António Carreiro
3ª e 5ª feira
das 14H00 às 18H00
Marcações:
Helena Afonso

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL

Drª. Judite Cordeiro
2ª, 4ª e 6ª
até às 17H00
Marcações:
Secretaria / Atendimento

HORÁRIO DA SEDE

Expediente
09h00 às 18h00
Intervalo de Almoço
12h30 às 14h00
Serviço de Almoço
Segunda a Sexta,
das 12h30 às 14h30
Serviço de Bar
Segunda a Sexta,
das 9h00 às 19h00

TELEFONES

Solicita-se a todos os associados que façam as marcações das consultas, com antecedência, pelos telefones:
7570502 / 7570583
7570422 / 7570645
7570702 / 7570781

Bragança acolhe mostra organizada pela Associação

Expor a guerra para manter a paz

“REABILITAÇÃO das pessoas com deficiência e a Guerra Colonial” foram os temas da exposição que esteve patente ao público no auditório Paulo Quintela, no Centro Cultural de Bragança, durante a semana comemorativa do 23º aniversário da ADFA. A iniciativa, que contou com a participação do Externato Infante D. Henrique e do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, teve como objectivos, entre outros, mostrar aos visitantes os diversos aspectos da Guerra Colonial, nomeadamente a questão da religiosidade, correspondência, cultura local e as atrocidades cometidas durante o conflito.

Segundo Alcino Castanheira, um visitante, “a exposição tem interesse, principalmente para as camadas mais jovens que já não viveram a guerra e que não têm uma noção do que realmente se passou”. Para as pessoas que estiveram e que fizeram a guerra, Fernando Silva, outro visitante considerou a mostra “bastante elucidativa acerca do que foi o conflito, pois não esconde de forma alguma as atrocidades cometidas. Em algumas fotografias, muita gente consegue mesmo rever-se”.

Para os mais novos tudo foi novidade, a realidade que observaram nas fotografias é bem diferente das cenas de guerra que estão habituados a ver nos filmes animados. Enquanto alguns viram a cara quando vêem fotografias de mutilados, outros passam minutos a observar a mesma fotografia. No entanto, as expressões de horror são muito parecidas. A curiosidade dos mais pequenos voltou-se também para as próte-



Nos oito dias de exposição, as crianças tentaram perceber tudo

ses que estavam expostas. Nas suas cabeças, a confusão instala-se quando alguém lhes diz que quem não tem pernas ou braços usa membros artificiais.

No decorrer de toda a semana, a exposição teve bastante afluência, foi visitada por várias pessoas, principalmente por

alunos das escolas secundárias. Segundo professores que acompanharam os estudantes, “por um lado a iniciativa teve um carácter pedagógico muito importante, e, por outro, serviu para motivar os alunos para algo fundamental: a pedagogia da paz”. ● A.V.

Colóquio lembra stress de guerra

O maior trauma do conflito

NO DIA 12 de Maio, a ADFA organizou um colóquio subordinado ao tema “A realidade do DPTS - suas causas e consequências”, no auditório Paulo Quintela, em Bragança. A iniciativa contou com a intervenção de Fausto Lourenço, responsável do Serviço de Psiquiatria do Hospital Militar do Porto, Mariana Serra de Lemos, psiquiatra, Mário Gaspar, dirigente da APOIAR, e Lopes Dias, da Direcção Nacional da ADFA. A moderar o debate esteve o associado e colaborador do jornal ELO, Jaime Ferreri.

De acordo com Fausto Lourenço, “os primeiros sintomas de stress de guerra aparecem muitos anos depois da data do acontecimento traumático”. Critérios internacionais definem que os sintomas são geralmente hiper-vigilância, irritabilidade, pesadelos, dificuldade de concentração, entre outros. O responsável do Hospital Militar explicou que “a probabilidade de surgir stress de guerra no ex-combatente está relacionada com a intensidade e proximidade física do agente agressor, por exemplo, antigos prisioneiros de guerra, pessoas que estiveram envolvidas em acidentes, que lidaram com cadáveres ou viram a morte de colegas. Nestes indivíduos é mais provável aparecer o stress de guerra”. O médico lembrou as consequências da doença, que se traduzem em “desajuste social e problemas familiares que podem mesmo levar ao

suicídio”, e concluiu a sua intervenção com uma mensagem bem clara: “o País que estes homens serviram tem a obrigação de os contemplar, não os deixar ao abandono”.

Mário Gaspar, da associação APOIAR, focou alguns dos problemas que afectam os ex-combatentes com stress de guerra, nomeadamente a inadaptação ao trabalho, problemas familiares e sociais, e lamentou que para uma parte da classe médica o stress de guerra ainda seja um assunto tabu.

O colóquio foi marcado pelo testemunho de um antigo combatente com stress de guerra, que recebeu a mais alta condecoração atribuída a um militar: a Torre Espada e que, segundo afirma, hoje vive “da caridade alheia”. O processo de reconhecimento da sua doença ainda está a decorrer. Lopes Dias, representante da Direcção Nacional da ADFA, reafirmou a ideia de que é necessário unir esforços no sentido de alertar a sociedade para a doença que é o stress de guerra e acrescentou que é necessário “lutar por uma solução, para que não seja a via biológica a solucionar este problema”.

No final do colóquio, foi avançada a notícia que os médicos psiquiatras, Fausto Lourenço, Gustavo Wallenstein e Afonso Albuquerque pretendem criar uma comissão no sentido de alertar toda a classe médica para o problema do stress de guerra. ● A.V.

AO SERVIÇO DA AGRICULTURA E DAS PESCAS

SOMOS O INTERLOCUTOR NACIONAL DO
INSTRUMENTO FINANCEIRO DE ORIENTAÇÃO DAS PESCAS

IFOP

CONSULTE OS NOSSOS SERVIÇOS. ESTAMOS EM TODO O PAÍS.



INSTITUTO DE FINANCIAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS

LINHA AZUL
Tel: (01) 353 44 56/58

Associação Empresarial do Distrito de Bragança

nerba

Triénio 97/99

Entidade Receptora e Avaliadora de Projectos RIME

- Investimento em Capital Fixo inferior a 20 mil contos
- Incentivo Mínimo de 50% a Fundo Perdido
- Incentivo à Criação de Postos de Trabalho



DFE
Feiras e Exposições



Associação Empresarial
Alto das Cantarias - Saída Sul
5300 Bragança

Tel. 073-312098/71
Fax: 073-312018
E-Mail: nerba@mail.telepac.pt

DIREITOS RESERVADOS



A PROPÓSITO do 23º aniversário da ADFA, realizou-se uma conferência de imprensa, dia 9 de Maio nas instalações da Delegação de Bragança, onde foram divulgados o programa das comemorações do aniversário e o conteúdo do caderno reivindicativo da Associação apresentado ao Ministério da Defesa Nacional. O representante da Direcção Nacional da ADFA, Lopes Dias, adiantou aos órgãos de comunicação presentes no encontro que o facto de o aniversário da Associação dos Deficientes das Forças Armadas "ser este ano comemorado em Bragança se deve ao desafio lançado pelo governador civil da cidade, Guilhermino Paz Dias". Escolha que, lembrou, "vai ao encontro da política descentralizadora da actual Direcção Nacional". Lopes Dias referiu ainda que "é necessário fechar o dossier da Guerra Colonial", no entanto, não deixou de acrescentar que tal só será conseguido "quando todos os problemas que afectam os antigos combatentes estiverem totalmente resolvidos, pois as guerras não terminam quando se assinam os tratados de paz". O representante da ADFA terminou a sua intervenção com um convite aos jornalistas no sentido de acompanharem os diversos acontecimentos que constituem o programa comemorativo do 23º aniversário da ADFA. ● A.V.

Deficiência e integração em debate

A 16 de Maio, o sétimo dia das comemorações do aniversário da ADFA, realizou-se no auditório do Centro Cultural de Bragança um seminário intitulado "Deficiência e Integração no Nordeste Transmontano", sobre as condições de integração sócio-profissional dos deficientes residentes no Distrito de Bragança. A iniciativa pretendeu identificar o tipo de serviços que as instituições privadas e os organismos governamentais prestam às pessoas com deficiência. Além de associações locais de deficientes, do Centro de Emprego de Bragança e do Centro Regional de Segurança Social, esteve também presente o secretário nacional de Reabilitação, Vitorino Vieira Dias. As conclusões do encontro apontaram para a existência de lacunas ao nível da formação profissional e emprego, para a importância da articulação de esforços das diversas instituições e serviços na criação de respostas de qualidade e eficazes. Outra das conclusões indicou a necessidade da existência de uma cooperação inter-institucional, que passa inevitavelmente por uma partilha constante de informação e recursos.●

ADFA preparada para o futuro

Há muito que não se vivia assim, tão genuína e intensamente, o espírito da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

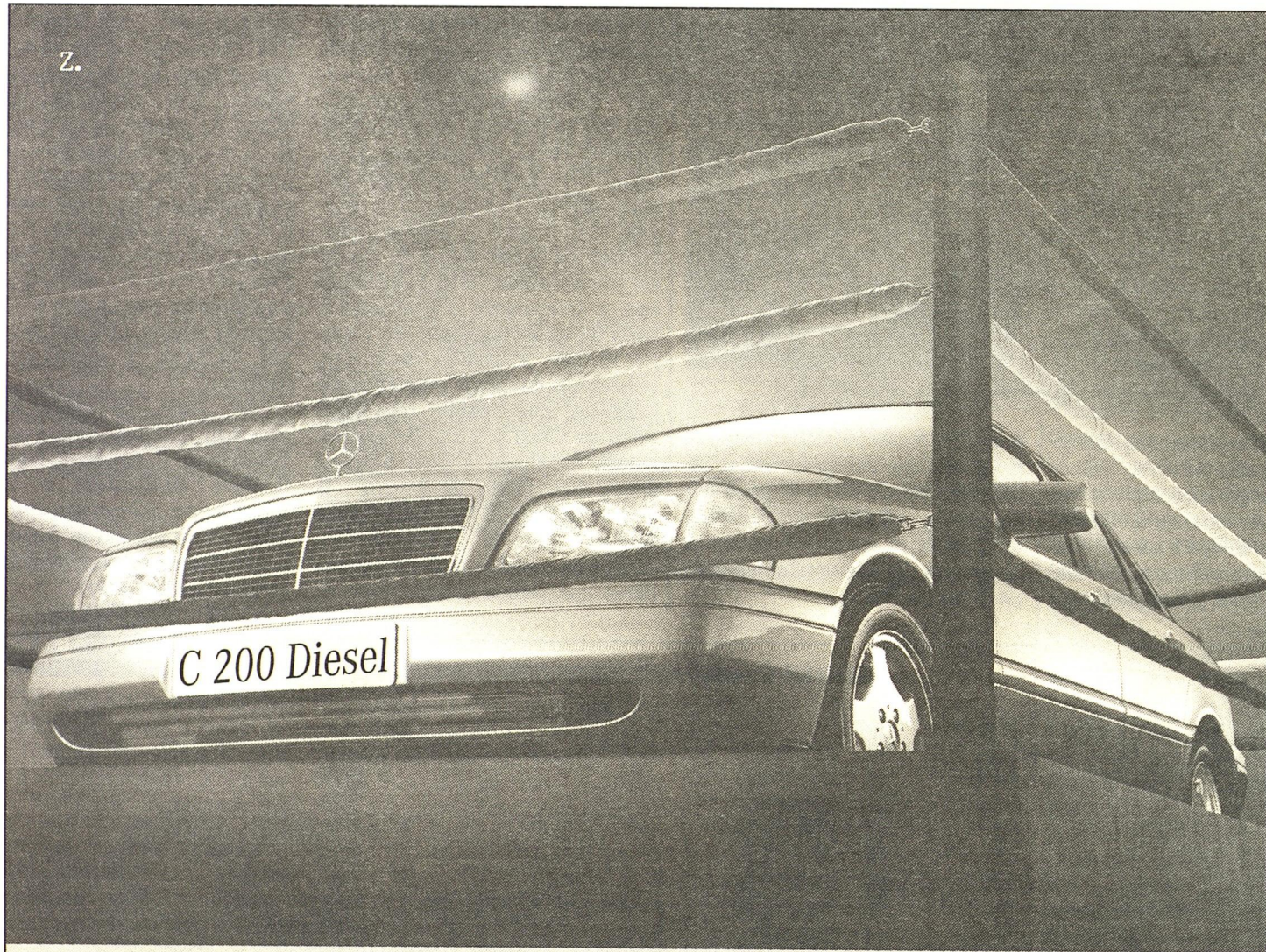
Contribuiu, sem dúvida, para que tal acontecesse, o acreditar, decididamente, na alta capacidade e sentido de responsabilidade dos órgãos e associados das delegações, confiando-lhes tarefas que sempre foram, centralizadamente, programadas pela sede e, invariavelmente, realizadas em Lisboa.

A incomparável envolvimento de entidades, associados e comunicação social nas celebrações do 23.º aniversário da ADFA, levadas a efeito entre os dias 4 e 18 de Maio, puseram em evidência, em Viseu e Bragança, o total empenho de dirigentes, a sensibilização dos poderes públicos locais para os problemas dos deficientes das Forças Armadas, o seu conhecimento por parte da comunidade envolvente, pelo acompanhamento efectuado pelos órgãos de informação, e a participação dos sócios e suas famílias, em jornadas de confraternização com um número de presenças que se julgava, desde há muito, de impossível concretização.

23 anos depois do «14 de Maio», desenganem-se os que pensaram que a ADFA estava condenada a um desaparecimento precoce e desiludam-se os que imaginam que nos falecem as forças.

Ficou demonstrada a pujança da ADFA, no interior do País, onde, em organização perfeita, movimentámos personalidades, população, escolas e mais de setecentos associados e familiares e, desde onde, lançámos um brado à pátria: Estamos vivos, actuaentes e preparados para, com as iniciativas mais adequadas às circunstâncias, lutarmos pelos nossos direitos e, sobretudo, pelos daqueles que, há bem mais de vinte anos, anseiam, desesperados que a nossa solidariedade e capacidade reivindicativa lhes entreguem nas mãos o reconhecimento da justiça que lhes é devida, por parte da nação. Não defraudaremos as suas legítimas esperanças.●

A Direcção Nacional



Novo motor C200 Diesel. 4 válvulas e 88 cavalos prontos para o que der e vier.

► A Mercedes-Benz preparou para o mercado nacional um motor diesel de combate. Um motor exclusivo para o nosso mercado que já deu no passado grandes provas nas estradas portuguesas. É o regresso do agora musculado motor de dois litros com 88 cavalos que equipa os modelos C 200D e C 200D Station.

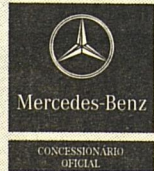
► Não é de agora que a Mercedes-Benz ganha por "Knock-out" o campeonato de motores diesel. A técnica de 4 válvulas, desenvolvida pela engenharia Mercedes-Benz vem exibindo, ao longo de vários anos, vantagens que deixam a concorrência "K.O.": um elevado binário em toda a gama de rotações, uma maior potência, redução em cerca de 15% de emissão de gases de escape e garantia de maior longevidade.

► Mas o dado mais importante é a economia. É que estes novos modelos da Mercedes consomem 6,8 litros aos 100 Km (a uma velocidade média de 120 Km/h), tornando-se num verdadeiro tormento para os gasolineheiros.

Classe C Limousine e Station
Desde 4.638 contos

(sem impostos)

Venha vê-lo no Concessionário



MERCAUTO, LDA.

Rua de Campolide, 437 (sete Rios), 1070 Lisboa
Salão de vendas: Tel.: 726 47 60 • Recepção de veículos: 726 90 58
Venda de peças: Tel: 726 34 34 • Fax: 726 94 88
Geral: Tel.: 726 25 65 • Fax: 726 94 90
Salão de vendas aberto aos Sábados.



Faleceu a 10 de Maio no Hospital Militar, vítima de insuficiência cardíaca, o associado Mário Sobral. No início da ADFA, foi empregado de escritório e técnico de electrónica da Associação. Ficou paraplégico, no ano de 1967, como consequência de uma missão em Angola que, mais tarde, resultaria na atribuição de cem por cento de incapacidade pela Junta Hospitalar de Inspeção. Passou os últimos anos da sua vida em Fernão Ferro, perto de Sesimbra, numa casa construída em função das necessidades que a deficiência lhe impôs. Um espaço que Mário Sobral adaptou no sentido de maximizar o aproveitamento dos desperdícios onde, por exemplo, através de um sistema de escoamento, usava os excrementos de animais como fertilizante natural. Além da agro-pecuária, o associado também dividia o tempo com o arranjo de electrodomésticos.

Mário começou por se especializar como atirador no Regimento de Infantaria 1, da Amadora, especialidade que determinou a sua selecção para uma formação no Centro de instrução de comandos de Luanda em 1967. No mesmo ano, acabaria por ser integrado na 11ª companhia de comandos destacados para as zonas de fogo. Passou por Pedra Verde, Teixeira de Sousa, Gago Coutinho, Lombala, Luso, Luenna, Munhango, Cuito, Jamba, entre outras zonas de combate. Em Julho teve a sua última missão: O objectivo era destruir os acampamentos do MPLA (Movimento Popular para Libertação de Angola) instalados a norte de Luanda, perto da fazenda Maria Fernanda. Para escapar a mira do inimigo, Mário Sobral atirou-se para o chão e bateu com a coluna contra um corpo estranho. Resistiu às dores para "emboscar o trilho" durante a noite. Depois de dia e meio de viagem para regressar a Luanda, foi assistido no Hospital Militar, o que não impediu a evolução negativa do quadro. 26 anos mais tarde, Mário Sobral foi o primeiro associado a içar a bandeira da ADFA no dia da inauguração da Sede na Avenida Padre Cruz, em Lisboa, a 19 de Novembro de 1993. ● S.X.P.

Porquê Lisboa?

Questiono-me sem jamais saber o porquê da subserviência da Delegação do Porto em relação ao "poder" instituído pela Direcção Central (DC). Estes desiludiram nas sucessivas direcções, nunca merecendo a nossa credibilidade e não será numa conjuntura assaz conflituosa com pequenos lobbys minando o seu interior, tentando uma minoria credibilizar uma Delegação dentro da própria Sede; esta aberração, desacredita ainda mais uma DC já de *per si* vulgarizada pelas constantes omissões e falta de coragem, ao não saber ou não querer, defender os interesses daqueles que os elegeram, provocando o descrédito perante os seus associados.

É sabido por ser um facto inquestionável que o Norte deu mais homens para satisfazerem o ego de uns tantos "Senhores" ávidos de poder e glória, sedentos de sangue inocente, numa luta desigual, numa guerra que provocaram e á qual cobardemente nunca deram a cara.

As estatísticas não mentem; há mais deficientes oriundos do Norte, o que na lei da proporção é natural e mesmo aqueles camaradas que por Lisboa ficaram, só não voltaram ás suas origens - o Norte - porque sempre existiu da parte do poder político o interesse em os centralizar para, melhor controlar.

É verdade que também a Delegação do Porto, lídima representante do Norte sempre se escusou a enfrentar e confrontar o Poder, para que fossem dadas condições quer sociais quer económicas para que fosse possível o retorno e a integração fosse uma realidade sabido que na Sede onde funciona o "Poder Central" há esse enorme e belo edifício, subaproveitado, subsidiado por todos os sócios, a nível Nacional e igualmente participado pelo Estado. Tal imóvel bonito e funcional serve apenas para alimentar a vaidade de alguns aproveitadores de situações; onde nem tampouco houve lembrança de uma ala para abrigo e conforto de alguns deficientes abandonados pelos seus familiares sendo preferível - na sua óptica - mantê-los no Lar Militar onde reina a decadência desordem e a promiscuidade. Outros estão alojados no degradado anexo tendo por companhia a solidão os ratos e o medo. Estão sofrendo eutanásia económica, porque considerados, quer a nível do Poder, quer perante as diversas direcções da DC como inúteis, sem préstimo, perniciosos e demasiado "pesados" perante o erário público. Que maldição paira sobre esses homens? Tudo

perderam na vida: a sociedade ignora-os, quem de direito despreza-os, pouco lhes é dado viver com dignidade.

Perante tudo isto a minha pertinaz pergunta: Porquê Lisboa?

Américo Ferreira da Silva
Sócio nº 4964

As diferenças da cor

Dirijo-me por este meio à Direcção do jornal ELO e, através dele, a todos os camaradas, agradecendo antecipadamente a publicação destas sofridas linhas, como veiculo privilegiado, não tanto de um protesto veemente, mas mais de desabafo do desalento e da frustração, decorrentes de manifestas situações de injustiça, fruto de incompreensíveis desigualdades legais e "estatutárias", de que infelizmente não me constituo em vítima isolada.

Fui Oficial Miliciano "Comando", servindo durante cinco anos (1979/84) por contrato, onde, hipocritamente, era trocada a generosidade dos vinte anos por expectativas falsas (estatuto e vencimento aliciantes, mas efémeros) e acabávamos despejados na "selva civil", totalmente desamparados, sem direito sequer ao vulgarizado "subsídio de desemprego".

Em 1981, uma doença auditiva "resultante do exercício das funções e por motivo do seu desempenho", diminuindo-me a capacidade (apenas teórica) para o serviço, veio redundar, a posteriori, em obstáculos sócio-profissionais intransponíveis (por exemplo, concursos públicos que não pude levar a termos).

Em 1988, uma JHI homologou-me 15 por cento de desvalorização "por labirintopatia traumática bilateral com hipoacusia e acúfenos". Ao rótulo de "inválido" juntaram-se o de "pensionista" (cartão de lista verde) e o de "reformado DF" (cartão da ADME).

Em 1995, dados a incomodidade permanente (zumbidos) e os transtornos constantes (apontados), ao aconselhar-me junto da ADFA sobre a eventual revisão da JHI, fui dissuadido, dada a possibilidade de redução de percentagem. Tomei consciência de que a Associação me garantia sobretudo os meus deveres de sócio.

Rejeito as deficiências de cada um e agradeço a Deus por ser menor a minha, o que não obsta que me considere alvo de discriminações várias, tanto mais graves, quanto com suporte legal intolerável.

Em 1994, ao matricular-me na

Universidade de Lisboa, dei conta de que não tenho direito às "regalias" de DFA para o ensino; em 1996, quando a minha filha primogénita terminou a instrução primária, dei conta de que não tenho direito a matriculá-la nos institutos militares; neste ano (1997), porque atraveso um período económico particularmente difícil, desloquei-me ao IASFA e dei conta de que não tenho direito aos benefícios sociais...

Não pretendo equiparar-me a um grande deficiente, nem invejo tal situação. No entanto defendo que basta o grau de desvalorização, os anos de serviço efectivo e o posto atingido, para nos distinguirem a esses parâmetros sejam compensados com o valor diferenciado das pensões. Todas as outras "diferenças", simbolizadas pela cor diferente da lista e materializadas em "regalias" diversas, não passam de formas sub-reptícias de segregação por "castas", patentes na própria dinâmica associativa e impeditivas da desejável coesão de grupo. Cerceadores do poder de reivindicação, apenas servem os interesses de "quem" pretende dividir para reinar.

José da Costa Correia
Sócio nº 11232

Honras fúnebres?

Li o Despacho conjunto dos quatro Chefes dos Estados Maiores, publicado no Diário da República de 4/3/97 II Série, pág. 2718. A minha opinião? É simples !!!

Apetecia-me ser malcriado, mas talvez seja melhor não o ser...

Estes senhores dão-se ao luxo de perderem tempo com coisinhas que não interessam a ninguém, em vez de utilizarem esse mesmo tempo em coisas positivas; um ou mais exemplos ?

Que me interessa a mim, depois de morrer, se me atiram ao rio, se me queimam, se me fazem um grande funeral, se a minha urna vai ou não tapada com a bandeira do meu País ou de outro país qualquer, se disparam para o ar 20, 50 ou 100 tiros de espingarda, canhão, G3 ou bazuca, que me interessa isso ???

Em contrapartida, ando eu e mais uns quantos deficientes há cerca de 6 anos a lutar pela acumulação da reforma (sou funcionário público) com a pensão de deficiente e o que é que nos dão? Desprezo meus amigos, só desprezo.

Deixem-se desses despachosinhos (que não dizem nada a ninguém) e olhem por nós enquanto estamos deste lado; sabem porquê meus senhores ? É

que, depois de eu passar para o outro lado, não preciso de nenhum de vocês para nada de nada...

Edmundo Pereira da Silva
Sócio nº 1800

NOTA DA REDACÇÃO - A notícia do despacho em causa encontra-se na página 9 desta edição.

Reformas

Têm-se as direcções da ADFA empenhadas na resolução de inúmeros problemas dos seus associados. Este que agora ponho à vossa consideração, é meu, e com certeza, de muitos consócios. Como é sabido, todos os deficientes da ADFA, estão na faixa etária dos 40 aos 60 anos.

Hoje é considerado trabalho infantil aos 14 anos. Em 1950 era de muito prestígio para quem trabalhava naquela idade e as entidades empregadoras, eram muito consideradas por empregarem meninos. Hoje com 58 anos, pai de filhos, sei distinguir o certo do errado. Eu comecei a trabalhar com 12 anos, enfim... coisas do passado.

Nesse tempo, não éramos inscritos nas Caixas de Previdência. Nós também contribuíamos para essa situação, deliberadamente, ao menor sinal, previamente ensaiado, escondiamos-nos da fiscalização. Mas se fossemos bem comportados e trabalhadores, éramos inscritos entre os 14 e 17 anos.

Estou certo de que o mesmo se passou com muitos consócios. Temos muitos anos de descontos para a Segurança Social e pouca saúde para trabalhar até aos 65 anos de idade. Data da reforma. Aos 65 anos já é penoso para a maioria das pessoas ocuparem um posto de trabalho. No entanto, na Segurança Social, só nesta idade, é permitida a reforma. Se para a maioria é penoso, o não será para o indivíduo que teve de suportar condições de vida sub-humanas e sofreu deficiências aos vinte e poucos anos?

Não seria este um caso muito justo e pertinente, para a nossa Direcção, apresentar às entidades oficiais?

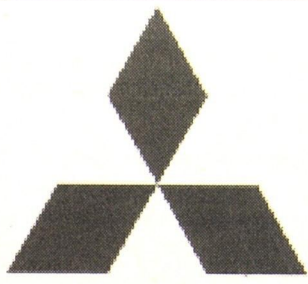
Um deficiente com qualquer percentagem de desvalorização, em combate, campanha ou serviço, com X anos de descontos, ou com Y anos de idade, devia poder optar livremente pela reforma ou continuação do trabalho. Seria útil para os Associados, saber a opinião da Direcção.

João Vilela dos Santos
Sócio nº 4108

SONIPO Sociedade de Comércio de Automóveis, Lda.

Toda a gama em viaturas automáticas.
Atendimento personalizado por S. Amaidas (sócio da ADFA nº 8952)

Qta. da Algazarra, Lt. 13 - FEIJÓ - Telfs.: 274 57 55 / 258 34 24



**MITSUBISHI
MOTORS**

CONCESSIONÁRIOS
ALMADA - SEIXAL - SESIMBRA

Consultas médicas na Sede da ADFA

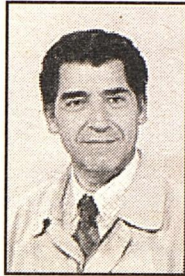
ESTAMOS DE parabéns, nós os associados da ADFA que mais necessitamos de apoio fisiátrico especializado, por termos em funcionamento semanal as consultas médicas de Fisiatria.

E mais vale tarde do que nunca...mas o certo é que custou...Enfim, já temos mais esta valência médica especializada que certamente contribuirá, de forma decisiva, para encorpar o projecto "Saúde-ADFA" que, honra nos seja feita, sofreu um novo e decidido impulso através da dinâmica do "2+4".

Parabéns à ADFA, parabéns aos seus associados grandes deficientes e ...parabéns ao Sr. Dr. João Barros Silva que desde os primeiros contactos, informalmente estabelecidos, se disponibilizou entusiasticamente a tomar parte no nosso projecto associativo.

"Saúde-ADFA", chamemos-lhe assim porque não? a este nosso enorme desejo de vir a tornar realidade uma estratégia real de prestação sistemática de serviços e cuidados de saúde aos associados que mais deles precisam, pode ser aquilo que nós quisermos que venha a ser na resposta às nossas necessidades, e às dos nossos mais chegados, ou no horizonte dos nossos projectos associativos de desenvolvimento e solidariedade. Não podendo nem devendo nunca substituir-se a obrigações nacionais, o certo é que este projecto pode e deve desenvolver-se nas "entrelinhas" do que "faz que está mas não está" consagrado em letra de lei, ou costume da saúde castrense, e afirmar-se positivamente como complemento ou suprimento do que ainda não está, simplificado, disponível e assumido.

Acompanhar o desenvolvimento das histórias clínicas dos associados em internamento hospitalar, prestar cuidados de saúde diversificados aos temporária ou permanentemente acamados nas suas residências ou em lares, iniciar e desenvolver algumas consultas médicas à distância usando para isso tecnologia actual de comunicação, arrancar com



Armando Guedes da Fonte

programas que desenvolvam a pedagogia da deficiência, adquirir capacidade legal para receber(requisitar) próteses e diverso outro equipamento, criar um "serviço virtual de urgências" ao qual os associados necessitados possam recorrer, telefonicamente ou por outro meio de comunicação, a qualquer momento das 24H00 do dia, são ideias absolutamente realizáveis que, conjuntamente com muitas outras inovadoras ou tradicionais, exploradas

na sua razoabilidade e desenvolvidas nas suas potencialidades, podem vir a tornar realidade este projecto de saúde melhorando assim os padrões da qualidade das nossas vidas.

Entretanto, e porque as coisas se fazem fazendo-as, tentemos para já melhorar o sistema de marcação de consultas actualmente em vigor na sede e que muito penaliza quem é deficiente. Sugiro um sistema simples: que a ordem das marcações de consultas, feitas pessoalmente, por interposta pessoa, por telefone, por fax ou por outro sistema aceitável, seja a mesma que a utilizada posteriormente no atendimento médico. Para isso basta que os interessados sejam informados, no acto da marcação, a hora prevista para o início dessas consultas e quanto tempo se prevê venha a decorrer até chegar a sua vez, tido em conta um tempo razoável para cada uma das consultas a efectuar previamente e, quem não estiver presente quando chamado passa para último lugar. E assim sucessivamente...Desta forma, funcionando com base num único contacto prévio e na capacidade administrativa da nossa simpática e paciente Elizabete, resolvemos a questão e escusamos de estar a secar horas e horas a fio.

E já agora...faz muita falta uma linha telefónica directa com telefax no gabinete médico.

Por agora é só. Saúde e bem estar a todos.●

Haja bom senso!

Jerónimo de Sousa

UM DESTES dias regressava a casa no fim de um dia de trabalho, escutando a rádio que noticiava a discussão da lei de financiamento do ensino superior público.

Percebi que a questão levantara polémica - não é nada de novo - mas espantou-me a ousadia com que algumas posições eram sustentadas, vindo eu de analisar alguns problemas com que se debatem as pessoas com deficiência.

De forma, quase fulminante, ouvi dirigentes partidários e dirigentes de federações de estudantes contestarem a ideia de se pagarem propinas e de existirem limites máximos de reprovação para os estudantes que frequentam o ensino superior público, quase gratuito ainda.

É óbvio que não me interessa analisar a questão no plano político-partidário ou no plano das soluções técnicas que a lei propõe. Interessa-me antes, e desde logo, o plano ético, o plano dos princípios, porque aí movo-me normalmente pelos meus e não por qualquer cartilha partidária, com todo o respeito por elas. As posições referidas levaram-me de imediato a pôr a questão em termos de justiça social, de justiça relativa.

E pergunto-me. Como é possível defender a quase gratuitidade do ensino superior público e defender que os estudantes reprovem e permaneçam nessas universidades anos a fio, quando:

- a escolaridade obrigatória apenas de 9 anos, ainda não cumprida por todos, quando em muitos outros países ela é já de 12 anos;

- essa escolaridade não é efectivamente gratuita, uma vez que as famílias têm de suportar custos significativos, com livros, alimentação, etc?

E as pessoas com deficiência?

Permitam-me que evoque uma situação que conheci.

Um casal com dois filhos, um que frequentou o ensino superior público e um outro com deficiência. O primeiro reprovou várias vezes e foi permanecendo vários anos na Faculdade que frequentava, sem restrições. O segundo não teve acesso à escolaridade obrigatória em estabelecimento de ensino público e teve de recorrer a uma instituição privada, embora co-financiada pelo Estado. todavia, aos 18 anos ficou sem qualquer resposta educativa, porque o Estado tinha essa barreira etária como limite para os apoios que disponibilizava.

Convenhamos!

É óbvio que o país e os cidadãos têm necessidade e direito a uma formação superior.

Todavia, enquanto a escolaridade fundamental - desejável hoje de 12 anos de duração - ou alternativas equivalentes para os que não a possam efectuar, não for assegurada a todos gratuitamente, faz sentido defender a quase gratuitidade e a inexistência de limites para a frequência do ensino superior público?

Haja bom senso! ●

O ELO há 22 anos

Ponto zero

UM ANO de luta de vida associativa estará passado no momento da saída deste jornal. Porém e já o temos afirmado por diversas vezes que a nossa luta e por conseguinte a nossa história se reporta a muito antes do 25 de Abril de 1974. A luta dos deficientes começou com as consequências imediatas ao início da guerra colonial, com as instituições de caridade, constituídas com a elite da Sociedade Portuguesa, que em 1961 viram abrir-se as portas que lhes iriam garantir a matéria prima tão necessária às suas necessidades de ócio, regozijando-se, e esfregando as mãos sujas de sangue, com a carga humana que, era transformada em "inválidos". Revolta interior fomentada permanentemente pelo quotidiano cenário hospitalar da chegada de homens, companheiros de luta, que eram «exportados», fortes e robustos, e «importados» para servirem de objecto de diversão das conhecidas Senhoras do Chá Canastra, «gente muito bem», que sabiam ministrar a droga do conformismo e da resignação, que não faltavam com isqueiros, tabaco, canetas e algumas cunhas.

Condições hospitalares deficientes, pensões de reforma, quando as concediam, insignificantes e nunca actualizadas, piorando permanentemente a situação do deficiente face ao sempre crescente aumento do custo de vida, um inexistente serviço de reabilitação profissional e educacional, este ligeiro panorama que se deparava ao deficiente, a quem o governo anterior ao 25 Abril intitulava de «inválidos e peso morto para a Nação», apesar de estes terem já dado provas por demais evidentes da sua capacidade de homens válidos e de constituírem uma força viva ao serviço de uma Nação incapaz de se libertar de estruturas caducas e fascistas. (...) Neste âmbito, árduo será o nosso esforço perante uma nação alheia às verdadeiras capacidades do mutilado, que foi sempre rotulado de desgraçado e coitadinho, imagem que queremos destruir. Como estrutura de base propomos:

1 - A extinção de todo e qualquer organismo de índole caridosa e duvidosa a que não reconhecemos qualquer representatividade;

2 - Que nos sejam dadas condições para a organização duma comissão eleita pelos feridos, a qual terá por missão representar os mesmos em todas as suas reivindicações. (In ELO nº10 - Maio 1975)



Sobral, tu foste um rebelde!

TODOS NÓS, os que somos associados da ADFA, desde a primeira hora, e tu fizeste parte do grupo precursor, daqueles que logo, a partir do 14 de Maio de 1974, se preocuparam com a criação, então quase impossível, da tua querida associação,



pelos quais tu tanto pugnaste.

O teu coração, no entanto, esse motor de força e energia, essa caixa imensa onde guardavas sempre lugar para um amigo, trair-te-ia! Uma semana depois de uma operação melindrosa, da qual esta-

nunca poderemos esquecer a tua força reivindicativa, aliada a uma permanente boa disposição, que nos fazia crer que a tua grande, enorme, deficiência era menor que a de qualquer um de nós, fosse ela da amplitude que fosse.

Um amigo teu, e homem de grandes responsabilidades associativas, dizia de ti, que foste, na ADFA, como uma rocha. Ninguém o duvida! Tu e a tua cadeira de rodas sempre estiveram na primeira fila dos que deram a cara pela nossa reivindicação, em todas as circunstâncias, até como «rebenta minas» nas manifestações em que lutámos pela conquista dos nossos direitos,

vas a recuperar bem, esse coração grande, na madrugada de 10 de Maio, bloqueou, abruptamente, toda a torrente de vigor que sempre exististe e nos transmitias.

Sócio referência, rebelde, corajoso e combativo, foi, seguramente, à falsa fé que a morte te procurou, porque, de cara a cara, nem ela teria o arrojo de te enfrentar.

Da mágoa, que nos solidariza ao teu pai e irmãos, resta a certeza de que a tua vincada personalidade, dificilmente se apagará da nossa memória; a ADFA teve poucos sócios da tua dimensão e grandeza.

Dorme em paz o teu sono, Sobral! ●

CENTRO MÉDICO AMATUS LUSITANUS

URGÊNCIAS DENTÁRIAS & SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE

Linda-a-Velha (01) 4192083	Lagos (082) 764189
Algés (01) 411466	Castelo Branco (072) 321129
Pinhal Novo (01) 2381694	Ambul. Tagus (01) 4784333

Convenções com ADME, ADSE, CGD, CTT, CABLESA, EDP, MJ, SAMS (outros ex. Marconi, Telecom)
Atendimento privilegiado aos sócios da ADFA e reformados

Aberto aos sábados, domingos e feriados

TAGUS Protocolo ADFA ADM's

AMBULÂNCIAS

A qualidade de um serviço moderno, eficiente e personalizado à disposição dos associados da ADFA.

(01) 478 43 33 FAX (01) 478 43 34
Praceta das Descobertas, Ltº 9, Loja B-Paiã
1675 PONTINHA



A mensagem do bispo de Bragança*

D. António José Rafael

A todos os participantes desta Eucaristia - simultaneamente comovedora e exultante -, o bispo de Bragança e Miranda deixa o seu muito saudar.

Era minha intenção e grande desejo encontrar-me convosco aqui, no Altar da Senhora do Castelo e da Vila, e convosco celebrar esta solene Missa de Acção de Graças pelo vosso 23º Aniversário.

Sendo forçosa e indeclinável a minha ausência, muito agradeço a Sua Rev.^a Sr. Cônego, Dr. Mário Brás - ilustríssimo Pároco e Reitor desta veneranda Igreja de S. Maria do Castelo - tenha acedido a ser meu porta-voz e representante nesta Celebração.

Era também nosso desejo, e propósito unânime, que esta Eucaristia de Pentecostes se celebrasse já na Catedral, para, ser unida com a heroicidade da vossa indefectível coragem resignação, e com as lágrimas de quantos vos choram de comoção e admiração.

Mas, a não poder ser na catedral - por impedimento das obras, só um lugar merecia ser o "altar da vossa comemoração e acção de graças: a "sombra", do vosso e nosso Museu Militar ocupada e tutelada por S. Maria do Castelo.

Assim, do alto desta torre de menagem, pelas pedras que as Memórias dos nossos Maiores (é isso que significa "Museu Militar") tornavam sagrados, oito séculos de heroicidade e amor Pátrio vos acarinham, se revêem em vós, e se orgulham de vós.

Parabéns pois, e o nosso maior reconhecimento à vossa Associação, que, para comemorar o seu aniversário, pela primeira vez fora de Lisboa, quis distinguir e escolher Bragança - a Cidade da Restauração Pátria.

Bragança - a "Casa" de fundação do Condestável Santo - vê, nesta hora, toda a sua vetusta Vila de D. Sancho I consagrada em ditoso "Templo do Amor-Pátrio", cuja ara é feita de "reliquias vivas": o vosso sangue, a vossa imolação, o vosso sofrimento e testemunho, oh! Deficientes das Forças Armadas!... oh! Defensores e Mártires da Pátria!...

Vós sois a "memória viva" de quantos tombavam por esta ditosa Pátria da "terra de S. Maria", desde os que caíram no campo de Ourique ao último que tombou na luta Ultramarina, ao último que nos deixou precocemente... pelas feridas da guerra.

Ah! a guerra: erro dos homens! E erro sempre contra a juventude, pois esta é que constitui sempre a frente de combate.

Vós sois a juventude de 60 e 70. Juventude que não passa: juventude que se "perenizou"!

Quando a guerra ceifou os vossos companheiros e a vós vos atingir com a Deficiência, aí fixou para sempre a vossa juventude, a vossa vida, o vosso futuro.

Vós sois para sempre os jovens de 60 e 70 que sobrevivestes aos companheiros caídos em combate, para lembrardes e dizerdes aos responsáveis da Pátria:

- Não mais a guerra!, e a quantos vieram depois de vós:- "Sede dignos de nós e de tal Pátria!... Merecei-nos! Jovens de 80 e 90 e 2000, merecei-nos!"

Nestes dias de "reciclagem do amor Pátrio", em Bragança, os nossos Deficientes associavam-se a vós; e que bem!...

Foram os nossos Deficientes (por doenças congénitas) ao vosso lado, deficientes por erro e beligerância dos homens, que para a paz escolhem matar e destruir.

Quando vemos um Deficiente natural, agradecemos a Deus termos nascidos sãos e escorreitos.

Mas quando vemos um "Deficiente da Guerra" devemos perguntar: - Porquê ele, e não eu?... Afinal ele foi na minha vez. Ele ficou deficiente, para que não ficasse eu.

Salve, Defensores e Mártires da Pátria!

O bispo de Bragança Miranda beija-vos na frente como quem beija a Bandeira Pátria, e abraça-vos no coração, abençoando-vos por S. Maria. ●

*Mensagem lida pelo cônego Mário Brás, em representação do bispo de Bragança e Miranda, na homilia da missa do 23º aniversário da ADFa.



DIRECTOR: António Carreiro
 PROPRIEDADE: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Edifício ADFa 1600 - Lisboa
 Telefone: 01 7570502 Fax 01 7571319



Direcção da ADFa vai tomar posição

Publicado diploma dos Capitães-Coronéis

FOI PUBLICADO o decreto-lei 134/97, no Diário da República de 31 de Maio, que promove ao posto a que teriam ascendido os militares dos quadros permanentes deficientes das Forças Armadas, assim qualificados pelas leis vigentes antes da entrada em vigor do decreto-lei 43/76, na situação de reforma extraordinária, com um grau de incapacidade geral de ganho igual ou superior a 30 por cento, e que não optaram pelo serviço activo.

Esta promoção, nos termos daquele diploma, terá por referência a carreira dos militares que se encontravam à esquerda à data em que os DFA (Deficientes das Forças Armadas) a promover mudaram de situação e que tenham sido promovidos normalmente, aos postos imediatos.

O efeito prático desta medida é que aqueles militares passarão a ter direito à pensão de reforma correspondente ao posto em que forem promovidos e no escalão vencido em 1 de Junho de 1997, não tendo que efectuar quaisquer pagamentos de quotas à Caixa Geral de Aposentações (CGA).

Os militares abrangidos pelo diploma deverão requerer a revisão da pensão à CGA, em requerimento instruído com informação do Estado-Maior do respectivo ramo a apresentar até 28 de Setembro deste ano. É de salientar que a data da apresentação do requerimento é que determina o início do pagamento da pensão do novo posto.

Sobre este diploma, que o ELO tem noticiado, inclusivamente no último número, a Direcção Nacional da ADFa ainda não tomou posição, em virtude da sua recente saída a público. Contudo, em carta que enviou ao secretário de Estado da Defesa, Júlio Pereira Gomes - e a que o ELO teve acesso - a Direcção já avançou com uma análise: "Consideramos que neste Conselho [Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas] tem havido um consenso positivo no sentido da resolução destas questões. Entende-

mos, no entanto, que não têm havido as respostas, políticas e legislativas, adequadas às reparações morais e materiais a que têm pleno direito os deficientes militares. Esta situação tem vindo a criar ao longo de todos estes anos um sentimento de frustração e mal estar a que urge pôr cobro". Sentimentos que, ainda de acordo com o documento elaborado pelos responsáveis da Associação, "foram profundamente agravados quando os associados tiveram conhecimento, através da comunicação social, da aprovação em reunião do Conselho de Ministros de 24 de Abril deste ano, do decreto-lei que promove alguns deficientes das Forças Armadas graduados, ao posto em que teriam ascendido se tivessem podido optar pelo serviço activo na vigência do regime jurídico actual". Um sentimento "de revolta que advém, não pelo facto do Governo ter tentado dar corpo à doutrina do acórdão nº 538/96 do Tribunal Constitucional (TC), mas por ter dado prioridade a uma situação que ao tentar repor uma injustiça relativa, vem criar maiores injustiças em relação ao universo dos deficientes militares pois, aqueles que já usufruíam de uma situação minimamente estável vêem conseguidas as pretensões, enquanto outros continuam a manter situações económicas e sociais bastante degradadas".

O texto não deixa de sublinhar que "de facto, as esperanças que este governo transmitiu aos portugueses, em termos da solidariedade para com os mais desfavorecidos, continuam neste particular, a não ser cumpridas". Relativamente a este decreto-lei, agora aprovado, "entendemos que o mesmo não responde na sua plenitude ao acórdão do TC, pois é limitativo quanto ao âmbito da sua aplicação. Relativamente a este assunto, faremos chegar oportunamente a Vossa Excelência a posição da ADFa devidamente fundamentada", conclui a carta da Direcção Nacional da Associação. ● A.C.

Barreiras eliminadas

Já foi publicado em Diário da República, o decreto que determina um conjunto de normas técnicas visando a progressiva eliminação de barreiras arquitectónicas nos edifícios da administração pública, equipamentos de utilização colectiva e pública "para a melhoria da acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada". O diploma publicado dia 22 de Maio entrará em vigor 90 dias após esta data. Conforme informações dadas na edição do ELO de Fevereiro, as medidas previstas no decreto aplicam-se aos lares de idosos, centros de saúde, instalações sanitárias de acesso público, escolas, bibliotecas, terminais de transportes, museus, teatros, cinemas, passagens de peões, correios, bancas, recintos desportivos, estabelecimentos comerciais, hotéis, parques de estacionamento, espaços de cultura de lazer. Os espaços que respeitem as normas do diploma, terão o símbolo internacional de acessibilidade, em local visível. Embora o decreto em causa não tenha aplicação imediata para edifícios existentes, bem como obras em execução ou projectadas, privados em licenciamento à data da sua entrada em vigor, tais estruturas têm sete anos para proceder à adaptação. Exceptuam-se os casos em que a aplicação da lei envolva "meios económico-financeiros desproporcionados, ou afecte sensivelmente o património cultural". ●

Audiências em carteira

A Direcção Nacional da ADFa solicitou uma audiência ao director do Hospital Militar Principal (HMP), destinada a apresentar as insuficiências de atendimento médico prestado pelo HMP aos grandes deficientes, e uma outra ao chefe de Estado-Maior do Exército. Estão também previstas, para os próximos dias, reuniões com o Partido Socialista e com o Partido Social Democrata, no sentido de sensibilizar os dois maiores partidos políticos portugueses para a urgência de se resolverem as actuais reivindicações da Associação, apresentadas ao Ministério da Defesa Nacional há cerca de um ano. ●

Gasolina mais barata

A partir do dia 23 de Junho, os associados interessados em aderir ao cartão GALP/ADFA podem contactar as delegações da Associação a fim de obterem informações sobre a forma de adesão ao novo sistema de pagamento de combustíveis. Conforme o ELO noticiou na última edição, as negociações entre a ADFa e a empresa Petropetrol estão já em fase terminal, no entanto, até ao fechamento desta edição, a assinatura do protocolo ainda não tinha sido realizada, não podendo, por isso, o sistema de desconto entrar em funcionamento na data prevista (1 de Junho). A assinatura do protocolo, que permitirá que os associados da ADFa, familiares e trabalhadores, beneficiem de desconto no abastecimento de combustíveis nos postos da gasolinera nacional, está marcada para os próximos dias. O cartão GALP/ADFA, além de desconto no abastecimento, permitirá aos seus utilizadores a compra a crédito de combustíveis. ●

TODAS AS RAZÕES

para nos visitar..

Todos os modelos disponíveis



Atendimento personalizado



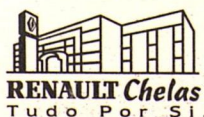
Técnicos especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFa

Marque o seu ensaio Renault através da LINHA VERDE 0800 21 1996



Contactos:
 Rosário Jorge Telf.: 8 36 14 00
 TM: 0931 25 50 23
 Alberto Pinto Telf.: 7 57 05 83
 TM: 0931 26 61 53

